

Sabia que ...

... existe um diagnóstico sobre as Áreas Marinhas Protegidas portuguesas?

As Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) são uma parte essencial numa estratégia de conservação e gestão marinha eficaz, funcionando como ferramentas para parar ou reverter a perda de biodiversidade em zonas específicas dos nossos mares.

Um oceano saudável produz benefícios para as pessoas ao providenciar oxigénio, absorção de dióxido carbono, alimento, proteção costeira, entre outros. É graças a estes benefícios que muitas comunidades costeiras têm meios de subsistência e segurança alimentar e financeira.



Fotos: Parque Marinho Professor Luiz Saldanha (Parque Natural da Arrábida)

Portugal tem 71 Áreas Marinhas Protegidas de âmbito nacional ou local, cobrindo 6.4% das áreas sob jurisdição nacional incluindo a zona da plataforma estendida, mas apenas 2.1% do mar territorial e Zona Económica Exclusiva (ZEE). No caso de apenas se considerar o mar territorial, Portugal tem 4.2% coberto por AMPs. O compromisso internacional dos 10% de área territorial está ainda longe de ser atingido.

A maior parte da área do mar territorial e ZEE coberta por AMPs é moderadamente protegida, a classe de AMPs menos regulamentada do mar Português (3.4% de todo o mar territorial Português e 1.8% da área sob jurisdição excluindo a plataforma estendida). Este tipo de AMPs permite uma diversidade de artes de pesca e atividades com potencial impacto negativo nas espécies e ecossistemas.

Várias AMPs nos Açores não possuem qualquer regulamentação para a pesca (57% do número de AMPs do mar territorial e 77% das AMPs além do mar territorial).

Apenas aproximadamente 0.1% do mar territorial nos Açores e do mar territorial no Continente são áreas de proteção estrita (sem pesca). Os valores descem para 0.002% e 0.003%, respetivamente, se incluirmos as ZEE adjacentes. Se considerarmos proteção total (sem atividades extrativas), a percentagem do mar territorial dos Açores baixa para 0.01%. Na região da Madeira não existem AMPs que excluam totalmente a pesca.

Apesar disso, todas as AMPs da Madeira estão bastante regulamentadas, possuem um reduzido número de usos (e excluam as atividades mais destrutivas), sendo todas classificadas como fortemente protegidas.

De todo o mar territorial Português apenas 0.05% está em zona de exclusão total de pesca. Este valor diminui para 0.002% se incluirmos a totalidade da ZEE.

Fonte:

https://www.natureza-portugal.org/o_que_fazemos_222/oceanos/areas_marinhas_protegidas/